

Parques que só existem no papel

GIZELA RODRIGUES

DA EQUIPE DO CORREIO

Diarilmente, o bancário Gessé do Amaral Sampaio, 50 anos, sai do apartamento onde mora, na 415 Norte, e caminha até o Parque Olhos D'Água, que fica entre as quadras 413 e 414 Norte. Se não vai ao parque de manhã, antes do trabalho, se esforça para conseguir um tempo livre depois do expediente. Normalmente, ele faz corridas na pista de cooper em volta da área verde. Mas agora evita o esforço físico porque se recupera de uma cirurgia no joelho. A ida ao Olhos D'Água, porém, não saiu da rotina de Gessé. O bancário senta em um dos bancos e aproveita a tranquilidade em meio às árvores para colocar a leitura em dia.

O privilégio de ter um parque ao lado de casa não deveria ser apenas de pessoas como Gessé. Todas as cidades do Distrito Federal têm parques criados por leis ou decretos. Ao todo, são 73 áreas de lazer e ecológicas que deveriam servir para o uso da comunidade, além da preservação do meio ambiente. Mas 46 anos após a criação do primeiro parque do DF, no Gama, apenas 10 unidades foram realmente efetivadas. E, mesmo assim, esses parques não estão totalmente prontos ou em perfeito estado de conservação.

Tanto o Poder Executivo quanto o Legislativo podem

Fotos: Kleber Lima/CB - 28/3/08



PARQUE OLHOS D'ÁGUA, NA ASA NORTE: 3 MIL VISITANTES AOS DOMINGOS

criar parques ecológicos ou recreativos. Os deputados precisam aprovar leis em plenário e, para o governo, basta publicar um decreto no *Diário Oficial do DF*. Dos 73 parques, 39, ou 53% deles, foram feitos por meio de leis aprovadas pela Câmara Legislativa. Na maioria das vezes, porém, os projetos de lei são propostos sem estudos prévios e, assim, a maioria da legislação nunca saiu do papel.

Alternativas

Dois dos projetos propostos pelos deputados criaram unidades de conservação em locais completamente inapropriados. A

primeira lei transformou uma área urbana em Ceilândia em parque recreativo. Em 1995, a Lei nº 871 criou o Parque Recreativo do Setor O, que fica na QNO 1 em uma área gramada atualmente usada como estacionamento. A outra, nº 637, de 2002, deu origem ao Parque Recreativo de Taguatinga, que, na verdade, é um canteiro central da quadra QNL.

O Instituto Brasília Ambiental (Ifram), responsável pela administração dos parques do DF, está levantando a situação das unidades para decidir o que fazer com cada uma delas. Por enquanto, três possibilidades são estudadas. A primeira é



EM CEILÂNDIA, O PARQUE RECREATIVO DO SETOR O VIROU ESTACIONAMENTO

transferir a administração dos parques recreativos para outros órgãos do GDF e deixar sob os cuidados do Ifram apenas as unidades de preservação do meio ambiente. "Um exemplo é o Parque da Cidade, que não tem nenhum atributo ambiental. Hoje, gastamos quase R\$ 1 milhão por mês com a manutenção do local, o que representa metade do nosso orçamento", explica o superintendente de Gestão de Áreas Protegidas do Ifram, Eduardo Henrique Freire.

Abrace um parque

A segunda solução estudada é desconstituir parques em locais inadequados, como o do

iniciativa privada suprir qualquer necessidade de um parque, desde construção de infra-estrutura, manutenção ou até ampliação. "As empresas poderão se candidatar espontaneamente para fazer a obra e nós analisaremos os projetos e supervisaremos o trabalho", conta o superintendente do Ifram. O programa poderá beneficiar, por exemplo, o Parque de Uso Múltiplo da Asa Sul, que atualmente é um matagal abandonado às margens da Avenida das Nações, constante alvo de invasões e despejo de entulho.

Independentemente do dinheiro das empresas particulares, o governo também vai investir nos parques em 2008. Está em fase de licitação a reforma de oito parques. Com o programa "Mãos à Obra", o Ifram vai aumentar ou construir a sede administrativa, um parque infantil, circuito de ginástica, guarita e banheiros das unidades. Algumas receberão quadra de esportes e praça de alimentação.

Além disso, o instituto está escolhendo 10 parques para serem implementados até 15 de novembro. O Parque Ecológico Veredinha, em Brazlândia, por exemplo, receberá pista de ciclismo e de caminhada, sede administrativa e playground. O Parque das Garças, na QL 16 do Lago Sul; o do Cortado, em Taguatinga; e o Vivencial do Recanto das Emas também devem ser beneficiados.